

CONSTITUINTE

auc p. 7

# Prefeitos das capitais fazem pressão pela reforma tributária

por Zanoni Antunes  
de Brasília

O prefeito da cidade de Manaus, Manoel Ribeiro, alertou ontem os prefeitos das capitais, reunidos em Brasília para discutir a reforma tributária, para os riscos que representam os reajustes das tarifas dos ônibus sem que haja uma política global de salários. O prefeito de Manaus, que passou esta semana por situação semelhante à enfrentada pelo prefeito do Rio, Saturnino Braga, com quebras de ônibus pela população, avisou: "Ontem foi o Saturnino, hoje fui eu e amanhã serão vocês que

enfrentarão essa situação".

Manoel Ribeiro disse ainda que os prefeitos das capitais são hoje as grandes vítimas do processo político. "Ou cobramos uma posição do governo ou vamos para uma grande derrota em 1988", previu. O prefeito de Natal (RN), Garibaldi Alves, disse que as tarifas dos transportes públicos foram congeladas defasadas. "Nós é que estamos subsidiando as tarifas deixando de cobrar o ISS dos empresários de transportes", afirmou o prefeito.

O prefeito de Recife (PE), Jarbas Vasconcelos, presidente da Associação

Brasileira de Prefeitos das Capitais, disse que novas gestões serão feitas junto ao Ministério da Fazenda para que as providências que o ministro Bresser Pereira ficou de adotar com relação às tarifas sejam efetivadas.

## CARTA

Os prefeitos das capitais que estão em Brasília para debater o projeto de reforma tributária em tramitação na Assembléia Constituinte decidiram apoiar a "Carta do Rio de Janeiro" — documento elaborado no mês passado pelos secretários de finanças dos municípios das capitais —, que reivindica a manutenção

do Imposto Sobre Serviços no rol dos tributos municipais, expurgando-se a atual competência tripartida com a União e os estados, destacado pelos prefeitos como causa de permanentes conflitos de competência.

Com relação às transferências tributárias, os prefeitos também reivindicam que o percentual do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação do Município (FPM) seja composto pela incorporação de todos os impostos federais e a elevação de 10% para 25% da parcela do FPM destinada às capitais.

# O PMDB pesquisa suas tendências

por Francisco Stella Fogó  
de Brasília

O que pensam os 724 convencionais do PMDB sobre 10 dos mais polêmicos temas da Constituinte será aferido por um questionário preparado pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), e distribuído amanhã no início da convenção nacional do partido.

A versão da pesquisa concluída ontem pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), vice-líder do partido na Constituinte,

abre com uma pergunta sobre reforma agrária e inclui perguntas sobre intervenção do Estado no domínio econômico, definição de empresa nacional, reserva de mercado, capital estrangeiro, questão urbana, participação comunitária no desenvolvimento urbano, função social da propriedade urbana, ensino público e comunicações.

A primeira versão do questionário que circulou no início desta semana continha perguntas excessivamente longas e de difícil compreensão. As idéias bá-

sicas do primeiro questionário foram aproveitadas no segundo, mas foram enxugadas e simplificadas.

A pergunta sobre reforma agrária pretende aferir se os convencionais acreditam que a função social da propriedade deve ser definida na Constituição e na lei ordinária conforme um conjunto de critérios ou se somente um dos requisitos legais seria suficiente para caracterizar o cumprimento da função social.

No projeto aprovado pela Comissão da Ordem Econômica e incorporado ao

anteprojeto de Constituição, a função social está desvinculada da desapropriação.

Há também uma pergunta sobre o mecanismo de posse dos imóveis desapropriados. Pelo projeto de Constituição, a União demoraria muito para tomar posse, porque é admitido o direito de ampla defesa do proprietário.

Sobre a intervenção do Estado na economia, o questionário indaga se as empresas estatais devem coexistir com as privadas em igualdade de condições.